

Visão da semana: perspectivas da dívida externa

O tema predominante do noticiário econômico da semana passada foi a situação atual do continente latino-americano, no que se refere à sua dívida externa. Representantes de 33 países estiveram reunidos em Quito, no Equador, participando da Conferência Econômica Latino-Americana para discutir os problemas da região no âmbito da crise por que passam e cujas perspectivas são bastante delicadas. Um dos pontos de destaque da reunião ficou por conta do abrangente discurso profissionalizado pelo chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro, que reiterou um sentimento cada vez mais comum às nações em desenvolvimento: ou os países centrais concordam com uma renegociação que signifique o fim da transferência de recursos reais provenientes do Terceiro Mundo, ou então será extremamente difícil vislumbrar uma nova fase de equilíbrio internacional.

Até o momento, os custos econômicos e sociais dos programas de ajustamento impostos pelos credores têm-se traduzido por dificuldades crescentes, propiciando políticas internas de cunho recessivo, cujo resultado mais temível é colocar em risco as condições necessárias para a retomada destes países.

O Brasil, refletindo fielmente este quadro, tem enfrentado problemas para consolidar o "emprestimo-jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, cujas negociações arrastam-se há várias semanas, podendo ser encerradas até quarta-feira próxima, data estabelecida a priori. Agora, será necessário ao Brasil enfrentar os riscos decorrentes da valorização do dólar frente às moedas europeias, na medida em que parte dos recursos deverá ser liberada sob a forma de moedas nacionais dos países emprestadores.

No plano interno, o mercado financeiro também dominou as atenções, até que se chegasse a uma solução para os problemas verificados no open market, após a publicação do Decreto-Lei nº 2.072. O governo praticamente concordou com as solicitações dos empresários no sentido de alterar a forma de incidência do Imposto de Renda sobre as operações neste mercado. Na área das bolsas de valores, as autoridades prometeram apurar mais rigorosamente as negociações do tipo day trade, na medida em que estariam propiciando certa evasão fiscal. É curioso que medidas como estas venham à tona apenas nos momentos em que as autoridades carecem de recursos para fechar suas contas. O caso Delfin ganhou novo desfecho, com o Banco Central resolvendo decretar a liquidação extrajudicial das empresas do grupo, depois de ter rejeitado a oferta de compra efetuada pelo empresário Naji Nahas.

No setor agrícola, as discussões para a comercialização da safra de soja não chegaram a evoluir significativamente, ainda mais no que diz respeito ao óleo. Vale a pena lembrar que, no ano passado, a Cacex autorizou exportações além da conta, gerando crise de oferta internamente, o que forçou o País a importar. Agora, com as perspectivas de safra substancial (de 15,5 a 16,5 milhões/toneladas), o perigo de exportações excessivas surge novamente, atendendo aos imperativos da balança comercial, para qual espera-se superávit de US\$ 9 bilhões. O setor privado defende a liberdade total na comercialização, enquanto determinados setores do governo pregam o controle de preços como forma de combater a inflação. Qualquer que seja a solução a ser adotada, pareceria conveniente que obedecesse aos princípios de mercado, além de não ser postergada indefinidamente, a bem do alcance dos dois objetivos citados acima.